

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

HELEN CAROLINA DE MESQUITA

A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA *QUEER*: ANÁLISE DE UM
CASO DE PROIBIÇÃO DE LINGUAGEM INCLUSIVA NA ARGENTINA

Uberlândia

2025

HELEN CAROLINA DE MESQUITA

A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA *QUEER*: ANÁLISE DE UM
CASO DE PROIBIÇÃO DE LINGUAGEM INCLUSIVA NA ARGENTINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Letras e Linguística da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras- Espanhol.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Mazzaro Vilar de
Almeida

Uberlândia

2025

HELEN CAROLINA DE MESQUITA

A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA *QUEER*: ANÁLISE DE UM
CASO DE PROIBIÇÃO DE LINGUAGEM INCLUSIVA NA ARGENTINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Letras e Linguística da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras- Espanhol.

Uberlândia, 30 de abril de 2025

Banca Examinadora:

Leandro Silveira de Araújo – Prof. Dr. UFU

Elias Ribeiro da Silva – Prof. Dr. UNIFAL

AGRADECIMENTOS

Estudar na UFU sempre foi um sonho, um ideal almejado desde os estudos secundários. Realizar esse sonho depois de tanto tempo e tantas outras lutas é um grande privilégio, principalmente porque isso ocorreu em meio uma pandemia e uma greve.

Agradeço primeiramente a minha família, ao meu esposo Alexandre e meus filhos, Laura e Pedro que estiveram comigo, me apoiando e me aguentando.

Agradeço ao professor e amigo Daniel Mazzaro, pelo incentivo, motivação e orientação nesta caminhada acadêmica, por não soltar a minha mão em alguns momentos mais turvos,

Agradeço ao Fernando, secretário do curso de letras espanhol, pela presteza com a qual sempre recebeu nossas demandas,

Agradeço aos meus professores do curso de Letras Espanhol, por serem ótimos professores e pela ótima base que nos proporcionaram,

Agradeço aos amigos que fiz (da universidade para a vida), pelo apoio durante os momentos desafiadores que surgiram no decorrer do curso.

Obrigada! Agradeço a cada pessoa que passou pelo meu caminho durante essa trajetória de 4 anos. Essa vitória só foi possível pela participação de cada um que de alguma forma fez parte desse percurso.

RESUMO

O presente trabalho busca elucidar os conceitos e práticas das políticas linguísticas, da linguística *queer* e da educação linguística *queer* com a finalidade de esboçar um conceito para política linguística *queer*, propondo a análise de um caso de proibição da linguagem inclusiva, ocorrido na Argentina, à luz dos conceitos abordados. Para tanto, se utiliza de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, com referencial teórico baseado nas temáticas trabalhadas (por exemplo Bagno e Rangel, 2005; Calvet, 2007; Mazzaro. 2021; Ribeiro da Silva, 2013; etc.). Espera-se que o trabalho desenvolvido contribua dentro do campo acadêmico para ampliar as discussões teóricas sobre Linguística Queer, consolidando-a como área de investigação crítica no âmbito dos estudos linguísticos; e, no âmbito social, fomentar a reflexão sobre o potencial transformador da linguagem no combate às desigualdades e contribuir para a construção de práticas linguísticas inclusivas e não discriminatórias, especialmente no que tange a identidades de gênero e sexualidade. Portanto, neste trabalho se procede a análise de uma reportagem de dois importantes veículos de comunicação argentinos, o *Clarín* e *La Nación*, a fim de se demonstrar que as políticas linguísticas longe de se constituírem como práticas neutras e técnicas, são profundamente atravessadas por disputas ideológicas, socioculturais e políticas.

Palavras-chave: linguística *queer*; educação linguística *queer*; política linguística *queer*; linguagem inclusiva.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo dilucidar los conceptos y prácticas de las políticas lingüísticas, la lingüística queer y la educación lingüística queer, con el fin de esbozar una política lingüística queer, proponiendo el análisis de un caso de prohibición del lenguaje inclusivo ocurrido en Argentina, a la luz de los conceptos abordados. Para hacerlo, se utiliza una investigación cualitativa de carácter bibliográfico, con un marco teórico basado en las temáticas trabajadas, trabajadas (por ejemplo Bagno e Rangel, 2005; Calvet, 2007; Mazzaro. 2021; Ribeiro da Silva, 2013; etc.). Se espera que este estudio contribuya, en el ámbito académico, a ampliar los debates teóricos sobre Lingüística Queer, consolidándola como área de investigación crítica dentro de los estudios lingüísticos; y, en el ámbito social, fomentar la reflexión sobre el potencial transformador del lenguaje en la lucha contra las desigualdades, así como contribuir a la construcción de prácticas lingüísticas inclusivas y no discriminatorias, especialmente en lo que se refiere a las identidades de género y sexualidad. Por lo tanto, en este trabajo se procede al análisis de un reportaje de dos importantes medios de comunicación argentinos, Clarín y La Nación, con el fin de demostrar que las políticas lingüísticas, lejos de constituirse como prácticas neutras y técnicas, están profundamente atravesadas por disputas ideológicas, socioculturales y políticas.

Palabras-clave: lingüística queer; educación lingüística *queer*; políticas lingüísticas *queer*, lenguaje inclusivo.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	7
2 Abordagens e conceitos.....	9
2.1 Política Linguística.....	9
2.2 Educação Linguística.....	12
2.3 Linguística <i>Queer</i> e Educação linguística <i>Queer</i>.....	14
2.4 Política Linguística <i>Queer</i>.....	16
3 Análise.....	18
3.1 Apresentação do Caso.....	18
3.2 Análise do Caso.....	19
4 Considerações Finais.....	25
Referências.....	26

1 INTRODUÇÃO

A linguagem nunca é neutra. Ela carrega em suas estruturas, usos e normas as marcas de relações de poder, hierarquias sociais e disputas políticas que moldam não apenas a comunicação, mas também as identidades e as formas de existência no mundo (Ribeiro da Silva, 2013, p. 315). Essa premissa, amplamente discutida nos estudos linguísticos críticos, ganha contornos ainda mais complexos quando analisamos como as políticas linguísticas atuam na regulação do que é considerado legítimo ou marginalizado dentro de uma sociedade. Nesse contexto, a proibição do uso da linguagem inclusiva na Argentina pelo governo de Javier Milei em 2024 emerge como um caso emblemático para refletir sobre os entrelaçamentos entre língua, poder e identidade.

A partir disso, procurou-se nessa pesquisa analisar não o documento oficial do governo relativo a essa proibição, mas a sua recepção através de uma reportagem veiculada por dois importantes jornais da Argentina, o *Clarín* e *La Nación*.

Este trabalho busca explorar esse episódio à luz de conceitos fundamentais da Política Linguística, da Educação Linguística e das Teorias *Queer*, demonstrando como a decisão do governo argentino não se trata apenas de uma questão gramatical, mas de um ato político que reforça estruturas heteronormativas e exclui identidades dissidentes. Para isso, partimos de uma revisão teórica que perpassa a evolução histórica e epistemológica da Política Linguística, desde suas origens como ferramenta de unificação nacional até suas críticas contemporâneas, que destacam seu caráter ideológico e excludente. Em seguida, abordamos a Educação Linguística como um processo contínuo e político, que transcende o ensino formal de línguas para abranger a formação crítica de sujeitos capazes de questionar normas e hierarquias sociais.

A partir desses fundamentos, adentramos no campo da Linguística *Queer* e da Educação Linguística *Queer*, que desafiam a naturalização de identidades binárias e heteronormativas, propondo uma desestabilização das normas linguísticas que perpetuam exclusões. Com base nesses referenciais, propomos o conceito de Política Linguística *Queer* como um campo de ação e estudo que questiona a suposta neutralidade da língua e busca incluir vozes e corpos marginalizados.

Por fim, analisamos o caso argentino, examinando como a proibição da linguagem inclusiva foi noticiada por dois dos principais jornais do país – *Clarín* e *La Nación* – e como essa medida se insere em um projeto político mais amplo de controle discursivo e apagamento de identidades não hegemônicas. A análise revela como a política linguística, longe de ser uma mera regulamentação técnica, é um instrumento de poder que define quem pode ser visto, ouvido e reconhecido socialmente. Assim, este trabalho não apenas problematiza a decisão do

governo Milei, mas também reforça a urgência de políticas linguísticas que sejam verdadeiramente inclusivas, capazes de acolher a diversidade e desafiar as normas que silenciam existências.

Para tanto, a metodologia utilizada neste trabalho é de cunho qualitativo, uma vez que busca compreender a complexidade do fenômeno estudado, se desdobrando a partir de uma pesquisa bibliográfica embasada em leituras de artigos, teses e outros materiais científicos relacionados à temática estudada.

Sendo este trabalho apresentado a partir de uma introdução, um desenvolvimento, que está subdividido em duas seções: a primeira se refere ao embasamento teórico e a segunda a análise do caso proposto. E por fim as considerações finais.

2 ABORDANDO CONCEITOS

Nesta seção busca-se apresentar as definições e as práticas referentes à política linguística, educação linguística, linguística e educação linguística queer, bem como esboçar o conceito de política linguística *queer*.

2.1 Política Linguística

A Política Linguística (PL) é uma temática relativamente recente, consolidado a partir da década de 1960, em um contexto marcado pelo processo de descolonização na África e na Ásia (Calvet, 2007). Inicialmente, a área focava na resolução de "problemas linguísticos" dessas nações recém-independentes, buscando modernizar e padronizar línguas, de maneira a promover a unificação nacional o desenvolvimento socioeconômico. No entanto, ao longo das décadas, a PL passou por significativas transformações epistemológicas, influenciadas por críticas que questionaram seus pressupostos científicos e ideológicos.

Ribeiro da Silva (2013) destaca que até essa época o espaço reservado para as questões de políticas linguísticas nos currículos de Letras no Brasil, ainda era algo muito restrito, o que reforço enquanto estudante de letras. Em pleno 2025 não há, pelo menos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sequer uma disciplina específica sobre a temática na grade curricular.

O mesmo autor, porém, aponta que do ponto de vista da pesquisa as situações sociopolíticas e econômicas do país têm favorecido a discussão sobre políticas linguísticas, principalmente no que tange às políticas para o ensino de LIBRAS, o português como língua estrangeira, etc.

Outra importante consideração sobre a Política Linguística, é que ainda hoje não há entre os estudiosos da área um consenso a respeito da terminologia utilizada; por isso, alguns usam “Política Linguística” e outros “Planejamento Linguístico”, como se os dois termos tivessem a mesma práxis. Contudo, é importante que se compreenda que se tratam de conceitos distintos. Enquanto a Política Linguística pode ser definida por Ribeiro da Silva, 2013 como o conjunto de leis que rege as relações entre língua e sociedade, o Planejamento Linguístico trata da implementação dessas leis, ou seja, da ação propriamente dita (Ribeiro da Silva, 2013). A saber, a política linguística é

[...] um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visam implementar, na sociedade, grupo ou organização sociopolítica, as mudanças linguísticas planejadas. Somente quando tal política existe é que algum tipo de avaliação efetiva do planejamento [linguístico] ocorre. (Kaplan e Baldauf Jr. 1997, p. xi apud Ribeiro da Silva, 2013 p. 291)

Ou seja, o Planejamento Linguístico é “uma atividade, mais visivelmente implementada pelo Governo (simplesmente porque envolve profundas transformações na sociedade), que visa promover uma mudança linguística sistemática em uma comunidade de fala” (Ribeiro da Silva, 2013).

Segundo o curso histórico e epistemológico, quando surgiu em 1960, a política linguística era vista como a solução para o problema da pluralidade linguística de países em desenvolvimento, que se caracterizavam por uma grande heterogeneidade étnica e linguística. Nesse sentido, a PL foi dividida em duas modalidades principais: o planejamento de corpus: seleção e codificação de uma língua (organização de gramáticas, padronização da ortografia) e o planejamento de status: atitudes sociais e políticas em relação à língua escolhida. Assim, a PL se torna uma atividade científica e neutra, o que será rebatido pelos críticos mais adiante.

A partir da diferenciação entre política linguística e planejamento linguístico, surgem três pressupostos sob os quais a PL foi fundada: 1) A diversidade linguística é um problema para nações em desenvolvimento. 2) As línguas são passíveis de modernização. 3) Cabe ao linguista propor soluções científicas para os problemas linguísticos. Sobre isso, Ribeiro da Silva (2013, p. 293) pontua que

[...] segundo esse modelo, esses novos países somente se modernizariam à medida em que seus “problemas linguísticos” fossem superados. Assim, uma das línguas ou variantes faladas pela população deveria ser elevada à condição de língua nacional e, para que isso fosse possível, a língua/variante selecionada deveria passar por um processo de modernização.

Esses postulados refletem a influência do modelo de estado-nação monolíngue e monocultural, predominante na Europa. Portanto,

[...] a Política Linguística ocupar-se-ia dos “problemas linguísticos” das comunidades humanas de forma objetiva e, consequentemente, neutra. Tratar-se-ia, portanto, de uma prática inócuia e benéfica para a comunidade. (Silva, 2013, p. 296)

Dessa forma, a partir das décadas de 80 e 90, surgem as primeiras críticas em relação à PL realizadas por críticos marxista e pós-estruturalistas. Uma delas levanta a questão sobre a neutralidade científica: como poderia ser neutra se servia aos interesses de grupos hegemônicos, promovendo a ideologia do monolingüismo e marginalizando as línguas minoritárias? Outro ponto é a respeito da diversidade linguística, que não deveria ser vista como um problema, mas como um direito das comunidades minoritárias de manter e cultivar suas línguas maternas. E, por fim, mas não menos importante, é que a PL ignorava as relações de poder e as lutas sociais envolvidas nas práticas de planejamento linguístico, como, por exemplo, a imposição de uma língua dominante sobre outras (Ribeiro da Silva).

Essas críticas produziram uma reformulação através de vários estudos das abordagens até então utilizadas na PL. De acordo com Ribeiro da Silva (2013, p. 298),

[...] enquanto Tollefson, Schiffman, entre outros, procuravam desenvolver uma abordagem que contemplasse as implicações sociais dos aspectos não-planejados e/ou não-explicícitos dos processos de política linguística, a maioria dos pesquisadores dedicava-se a tornar o “modelo padrão” mais sofisticado e mais preciso (Tollefson, 1991, p. 28).

Para seguirmos com os novos modelos de PL, é necessário antes trazer os conceitos dos dois principais paradigmas da área: a abordagem neoclássica e a histórico-estrutural. Ribeiro da Silva (2013, p. 301) explica que “[...] enquanto a primeira enfatiza as escolhas individuais no âmbito dos processos de política linguística, a segunda interessa-se pelos fatores históricos e sociais que as condicionam”.

Em síntese, a Abordagem Neoclássica centrava-se em escolhas individuais e soluções técnicas para questões linguísticas, partindo do pressuposto de decisões racionais baseadas em custos e benefícios. “Na visão neoclássica, acredita-se que a decisão de se aprender ou não uma língua resulta da análise, pelo indivíduo, dos custos e dos benefícios envolvidos” (Ribeiro da Silva, 2013, p. 304). Em contraste, a Abordagem Histórico-Estrutural priorizava uma análise crítica dos condicionantes históricos e sociais das práticas de planejamento linguístico, enfatizando desigualdades e relações de poder. “Na perspectiva histórico-estrutural, a política linguística, quase sempre, é vista como um mecanismo de preservação dos interesses dos grupos hegemônicos.” (Ribeiro da Silva, 2013, p. 304)

Essa divisão foi proposta por Tollefson (1991 apud Silva 2013), que argumentou que a abordagem neoclássica era inadequada para explicar as desigualdades sociais relacionadas ao uso e ao ensino de línguas, defendendo uma análise mais crítica e contextualizada.

Outros estudos também contribuíram para a evolução do modelo de PL. No início do século XXI, Spolsky (2004) e Shohamy (2006) apresentaram modelos teóricos que simbolizavam uma ruptura com as abordagens tradicionais da PL. Conforme explica Ribeiro da Silva (2013), Spolsky (2004), a política linguística não se limitava à legislação oficial, mas também incluía práticas e representações linguísticas cotidianas. Ele propôs um modelo triádico, composto por representações (crenças-ideologias e atitudes em relação às línguas), práticas (uso real da língua na sociedade) e gerenciamento linguístico (ações planejadas para influenciar o comportamento linguístico), que interagem de forma complexa para definir a política linguística de uma comunidade.

Shohamy (2006), por sua vez, amplia o modelo proposto por Spolsky, desenvolvendo o conceito de “política linguística oculta”, que se refere às práticas e mecanismos implícitos que

influenciam o comportamento linguístico das pessoas. Segundo Shohamy, os mecanismos de política linguística, como exames de línguas, materiais didáticos e sinais de trânsito, são veículos de promoção de agendas políticas, ideológicas e econômicas. Esses mecanismos, embora muitas vezes percebidos como neutros, têm um papel central na definição das políticas linguísticas de fato.

Assim, Ribeiro da Silva (2013, p. 314) destaca que,

[...] para compreender a real política linguística em vigor em uma sociedade, é necessário examinar outros indicadores que não a legislação oficial, pois são eles que, explícita e/ou implicitamente, ditam e impõem práticas linguísticas (as quais, para Shohamy, constituem a política linguística de fato). É por meio desses mecanismos que as reais políticas linguísticas de uma comunidade se manifestam e podem ser apreendidas e problematizadas.

Por todo o exposto, podemos concluir que a PL passou por significativas transformações epistemológicas ao longo das últimas décadas, evoluindo de uma disciplina voltada para a resolução de “problemas linguísticos” em países em desenvolvimento para um campo de pesquisa mais complexo e crítico, que considera as dimensões sociais, políticas e culturais das práticas linguísticas.

Os modelos propostos por Spolsky (2004) e Shohamy (2006), citados por Ribeiro da Silva (2013), representam um avanço importante nessa direção, ao incorporar uma visão mais ampla da PL. No entanto, ainda há muito a ser explorado em termos de teoria e metodologia, especialmente no que diz respeito às relações entre política linguística, poder e desigualdade social.

O futuro da pesquisa em PL depende da capacidade dos pesquisadores de desenvolver abordagens críticas e interdisciplinares, capazes de captar a complexidade das práticas linguísticas nas sociedades contemporâneas. A consolidação dessa área como campo de pesquisa requer, portanto, um compromisso contínuo com a reflexão crítica e a inovação teórica.

2.2 Educação Linguística

Outro importante conceito que compõe este estudo é o de Educação Linguística. De acordo com Bagno e Rangel (2005, p. 63),

[entendemos] por Educação Linguística o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos.

Ou seja, trata-se de um processo de formação que transcorre ao longo de toda a vida do indivíduo, de forma consciente ou não, abrange suas crenças, superstições, representações e ideologias, capacitando-o a compreender e utilizar não somente a língua materna como outras línguas.

Freitas (2021) ressalta que, atualmente, o termo Educação Linguística tem sido frequentemente utilizado como equivalente a "ensino de línguas" ou "ensino-aprendizagem de línguas". Contudo, a autora enfatiza a necessidade de distinguir esses conceitos: enquanto o ensino está voltado para a transmissão de saberes disciplinares específicos, a educação representa um processo mais abrangente, que engloba não apenas o domínio técnico da língua, mas também a formação crítica, social e cultural do sujeito.

Ainda, Freitas (2021, p .6) entende que Educação Linguística “[...] é o processo de ampliação da competência linguístico-discursiva do estudante e do pensamento crítico sobre questões socialmente relevantes”, assim, “cabe ressaltar a centralidade do texto como objeto tanto do ensino de línguas, quanto da educação de línguas”, ou seja, tanto o ensinar, quanto o educar envolvem diversos saberes tanto técnicos (escolares), como de vivências (experiências, identidade, etc.). “E mesmo quando não há escrita, há língua, há linguagem, sejam verbais, imagéticas, verbo-visuais, gestuais ou corporais” (Freitas, 2021, p. 6).

Desse modo, é importante destacar que a seleção e a abordagem de textos em contexto educacional é uma opção política, já que, intrinsecamente estão vinculados a projetos pedagógicos e a escolhas ideológicas (sejam elas conscientes ou não), assim, a forma de se trabalhar esses textos está na práxis, no “para que ensinar” e não no “que”, “como” ou “quando”.

O que nos leva a concluir que a Educação Linguística transcende o simples ensino de línguas, configurando-se como um processo contínuo e multifacetado que acompanha o indivíduo ao longo da vida. Essa perspectiva evidencia que o trabalho com linguagem em sala de aula é, acima de tudo, uma escolha política, vinculada a projetos educativos que visam à transformação social e ao desenvolvimento integral do sujeito.

Portanto, a Educação Linguística não se restringe ao domínio de normas ou estruturas linguísticas, mas à capacidade de ler o mundo por meio de um pensamento crítico¹, que articula linguagem, cultura e poder, em concordância com a visão da educação como ato emancipatório.

¹ De acordo com Gomez (2023, p. 1)

“Na América Latina, a noção de pensamento crítico está associada a uma certa tradição pedagógico-educacional, que considera o ensino não como uma mera transmissão de conteúdos, mas como um processo que visa fornecer aos alunos ferramentas para desenvolver sua capacidade de pensamento autônomo.”

2.3 Linguística *Queer* e Educação Linguística *Queer*

Nesta seção, trataremos de outros dois importantes conceitos que subsidiam este trabalho, que são a Linguística *Queer* e a Educação Linguística *Queer*. Antes, porém, faz-se necessária a contextualização da Teoria *Queer*.

De acordo com Borba (2015) o termo *queer*, proveniente da língua inglesa, pode ser traduzido ao português como “estranho”, “raro”, “ridículo” ou “excêntrico”. Historicamente, foi utilizado de forma pejorativa para se referir a homens e mulheres homossexuais. No entanto, a partir do final da década de 1980, movimentos políticos e teóricos se apropriam desse termo, ressignificando e dando-lhe dois significados distintos, porém interligados: “1) refere-se aos grupos de gays, lésbicas e transgêneros de modo abrangente; 2) refere-se à área de estudos sobre esses grupos” (Borba, 2015, p. 96).

Borba (2015) acrescenta ainda que o conceito de *queer* continua se renovando conforme segue seus estudos, e esclarece:

Queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier [...]. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (Louro, 2001, p. 546 *apud* Borba, 2015, p. 96)

Diante de todo exposto, é possível afirmar que a Teoria *Queer* propõe um trajeto transgressor, ou indisciplinar², caminho que também segue a Linguística *Queer* (LQ). De acordo com Borba (2015), a LQ trata-se de uma área relativamente recente para os estudos da linguagem e centra suas atenções na investigação das relações entre linguagem e sexualidade, se definindo como “o estudo crítico da heteronormatividade³ a partir de um ponto de vista linguístico”.

Assim, a LQ analisa como discursos e instituições naturalizam a heterossexualidade como norma, marginalizando outras formas de expressão sexual. Ou seja, busca compreender o papel da linguagem como mecanismo de regulação social, analisando tanto sua capacidade de estabilizar normas (através de estruturas linguísticas convencionais) quanto seu potencial para subverter categorias (mediante práticas linguísticas inovadoras). A LQ, assim, revela

² Moita Lopes (2006) concebe a indisciplinaridade como uma ruptura epistemológica que transcende abordagens interdisciplinares tradicionais, questionando as estruturas disciplinares fixas da Linguística. Para o autor, essa perspectiva: (i) desnaturaliza conceitos linguísticos, revelando seu caráter discursivo e construído; (ii) desafia regimes de verdade estabelecidos, expondo seus fundamentos políticos; (iii) incorpora saberes marginalizados em estudos sobre identidade e diferença; e (iv) assume a complexidade inerente aos fenômenos sociais. Essa abordagem fundamenta sua proposta de uma Linguística Aplicada comprometida com a análise crítica das relações entre linguagem e poder.

³ De acordo com Borba (2015, p. 96) a heteronormatividade se define como “as regras que normatizam e naturalizam a heterossexualidade como “correto” de estruturar o desejo. Sendo a heterossexualidade a única forma de sexualidade normal e natural.

como os sistemas simbólicos participam ativamente da produção e transformação das identidades de gênero e sexualidade.

Em outras palavras,

[...] a linguística queer segue uma perspectiva não essencialista das identidades sexuais e argumenta que, em vez de uma realidade pré-discursiva, essas identidades emergem de contextos socioculturais de regulação e só podem ser entendidas como produtos/efeitos de performances corporais e linguísticas que repetem, reiteram ou subvertem discursos dominantes que trancavam as posições de sujeito em binarismos, como homem/mulher, hetero/homo. (Borba, 2015, p. 91)

Desse modo um dos pontos mais importantes LQ “é demonstrar as maneiras que pressuposições heteronormativas relacionadas a categorias identitárias pré-definidas são parte de um discurso social de dominação”. (Borba, 2015, p. 98).

Mazzaro (2021) aponta que a língua/linguagem

[...] é responsável na compreensão da identidade como prática significante, ou seja, na compreensão de “sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras” (Butler, 2010, p. 208), e essa identidade se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. (Mazzaro, 2021, p. 1065)

Assim, para pensar uma educação linguística *queer*, que se articula entre aquilo que culturalmente estranha e tradicionalmente se encontra excêntrico nos estudos linguísticos, Mazzaro (2021) destaca três campos/áreas específicas/as de pesquisa que contribuem para a reflexão de uma educação linguística *queer*, a saber: Pedagogia *Queer*, Linguística (Aplicada) *Queer* e Literatura *Queer*.

A primeira, a Pedagogia *Queer*, vai além de compreender o outro e sua alteridade em seus diversos contextos, e “prima por um olhar crítico e desnortematizante no que tange aos sexos, aos gêneros e às sexualidades” (Mazzaro, 2021, p. 1067), ou seja, novas práticas metodológicas de ensino, como um projeto institucional e interdisciplinar, provocando reflexões que estão por trás da suposta neutralidade de gênero.

O segundo campo é a Linguística (Aplicada) *Queer* (doravante LAQ), a qual o autor destaca como paralela à Linguística Queer. Mazzaro (2021. p. 1070) esclarece que

[...] na relação entre linguagem-gênero e linguagem-sexualidade, mais que descrever como a língua é usada de maneira diferente entre masculino e feminino, ou entre homem e mulher, ou ainda entre homossexuais e heterossexuais, por exemplo, pretende-se usar tal análise como parte da crítica e transformação social.

Ou seja, a LAQ busca chamar a atenção, a partir de um olhar crítico para a desnaturalização do modo como a linguagem se normatiza na sociedade. Desse modo, mais que a relação social entre os sujeitos, a linguagem representa as relações de poder existentes nessa

sociedade, o que pode nos ajudar a compreender como as relações sociais vieram a ser hoje e, consequentemente, alterá-las.

Com relação ao terceiro campo, Mazzaro (2021) esclarece que a Literatura *Queer*, consiste na inclusão de obras literárias na Educação Linguística que permitam aos alunos outras experiências a partir de perspectivas que possibilitem o estranhamento da matriz heteronormativa,

[...] uma ‘escrita’ (não restrita exclusivamente ao universo do alfabeto e do suporte papel) independente da ‘identidade de gênero’ de quem a produz, que problematiza os desejos, as experiências, os modos como as pessoas se subjetivam fora e dentro do ‘molde’ heterossexual compulsório que ainda rege as relações de gênero. (Silva, 2019, p. 357 *apud* Mazzaro, 2021, p. 1074).

Desse modo, a Literatura *Queer* necessita se desfazer das amarras do fazer literário tradicional, que implicitamente controlam as relações de poder acadêmico e socio-histórico.

Podemos concluir que a análise dos conceitos de Linguística *Queer* e Educação Linguística *Queer*, fundamentados na Teoria *Queer*, revela um campo de estudos que desafia estruturas normativas de gênero e sexualidade por meio da linguagem. Como dito, a Teoria *Queer* surge como um marco teórico transgressor, ressignificando o termo *queer* – antes pejorativo – como ferramenta política e acadêmica para questionar os binarismos e a naturalização da heterossexualidade.

A Linguística *Queer*, enquanto área de investigação, estuda como a linguagem constitui identidades (não apenas as reflete), destacando o caráter performativo e a heteronormatividade. Já a Educação Linguística *Queer* expande essa crítica para o ensino, propondo práticas pedagógicas a partir dos três eixos abordados (Pedagogia *Queer*, Linguística Aplicada *Queer* e Literatura *Queer*). Assim, a Educação Linguística *Queer* não se limita a acrescentar temas “diversos” ao ensino, mas busca transformar sua base teórica, questionando como a linguagem sustenta hierarquias e como a escola pode ser espaço de reinvenção das identidades. Seu potencial está em tornar visível o que foi silenciado e, assim, transformar não apenas discursos, mas as próprias condições de existência social.

2.4 Políticas Linguísticas *Queer*

Embora Mazzaro (2021) acredite que as áreas abordadas na subseção anterior fossem “suficientes para apresentar minimamente como a crítica queer pode contribuir para uma educação linguística que procura problematizar a naturalização de identidades e o apagamento de sua construção languageira” (Mazzaro, 2021, p. 1065), ele aponta para o fato de que a política linguística, o letramento, a análise do discurso e a sociolinguística também são campos férteis

para enriquecer o debate e poderiam figurar dentro de uma ou mais de uma das três áreas citadas.

Dentre os campos citados, chamou-me a atenção o de política linguística, já que, além de não ser muito estudado no curso de Letras-Espanhol da Universidade Federal de Uberlândia, costuma estar mais associado ao campo das leis públicas, como esta definição abordada na subseção 1.1 nos leva a compreender:

[A política linguística é] um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visam implementar, na sociedade, grupo ou organização sociopolítica, as mudanças linguísticas planejadas (Kaplan; Baldauf Jr., 1997, p. xi *apud* Silva, 2023, p. 291).

Porém, como também tratado no item 1.1, esse conceito evoluiu, trazendo novas percepções sobre a temática, como propõe os estudos de Spolsky (2004) e Shohamy (2006) apresentados por Ribeiro da Silva (2013). E é a partir dessas concepções que ouso, nesta seção, propor uma definição para Política Linguística *Queer*:

A Política Linguística *Queer* (PLQ) é mais do que um campo de ação e estudo que aplica as teorias *queer* ao planejamento, à regulamentação e às práticas sociais relacionadas à língua. Ela estranha e desnaturaliza as relações de poder estabelecidas entre língua e sociedade, desconstruindo o molde da heteronormatividade como únicas identidades pertencentes. Reconhece a não neutralidade da língua, propondo metodologias que desnaturalizam discursos hegemônicos e binários, ocultados em práticas que excluem e dominam.

Em suma, a PLQ revela-se um projeto político de desobediência: demonstra a falsa neutralidade da língua e propõe alternativas que incluem corpos e vozes marginalizadas. Seu maior desafio e potência está em transformar não apenas leis, mas a cultura linguística em si, criando espaços onde pronomes, normas e discursos sejam ferramentas de liberação e reconhecimento de sujeitos e identidades, e não de controle.

Portanto, a PLQ política linguística queer tem o potencial de desconstruir as normatividades linguísticas tradicionais e oferecer alternativas que promovam a inclusão, a diversidade e o reconhecimento de identidades não hegemônicas, constitui-se enquanto campo promissor e importante nos estudos da linguagem e sua atuação na sociedade, um passo adiante no caminho evolutivo da humanidade rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

3 ANÁLISE

Busca-se nesta seção apresentar uma reportagem sobre a decisão do governo de proibir o uso da linguagem inclusiva nos setores administrativos ocorrido na Argentina em 2024, propondo uma análise a partir dos conceitos trazidos a sua relação com os perfis dos jornais escolhidos.

3.1 Apresentação do caso

O caso apresentado ocorreu na Argentina, trata-se da proibição por parte do presidente Javier Milei do uso da linguagem inclusiva de gênero nos diversos setores da administração pública.

Antes de continuar a apresentar o caso, faz-se necessário esclarecer o conceito de linguagem inclusiva, que de acordo com o site Politize:

A linguagem inclusiva ou não sexista é aquela que busca **comunicar sem excluir ou invisibilizar nenhum grupo e sem alterar o idioma como o conhecemos**. Essa linguagem propõe que as pessoas se expressem de forma que ninguém se sinta excluído utilizando palavras que já existem na língua (Folter, 2021, p. 1, grifo próprio).

Acrescenta-se que

A linguagem neutra ou não binária, embora tenha o mesmo propósito de incluir a todas as pessoas, apresenta propostas para **alterar o idioma e aqui entram por exemplo as novas grafias de palavras** [...]: amigxs, tod@s, todes. (Folter, 2021, p. 1, grifo próprio).

Apesar de serem conceitos diferentes, as reportagens escolhidas não fazem essa distinção, trata os dois conceitos de forma generalizada, não diferenciando um do outro⁴.

Dando sequência à apresentação do caso, o anúncio foi feito pelo porta-voz presidencial Manuel Adorni, sendo noticiada por jornais de todo o mundo em 27 de fevereiro de 2024. Para a análise deste trabalho, utilizaremos duas notícias dos principais jornais do país desse mesmo dia: *Clarín* e *La Nación*.

De acordo com o site jornalístico Brasil Escola, Javier Milei é um economista e político argentino, líder do partido *La Libertad Avanza*, uma coalizão política argentina da cidade de Buenos Aires, eleito presidente da Argentina em 2023 e comandará o país até 2027 (Silva, 2025). É considerado pelos cientistas políticos como um político de extrema-direita, manifestando posições libertárias em relação a temas econômicos e ultraconservadoras em relação a temas sociais, apesar de alguns de seus posicionamentos causarem surpresa dentro

⁴ Outra sugestão de leitura sobre linguagem inclusiva e neutra: <https://www.roseta.org.br/2022/09/14/afinal-qual-a-diferenca-entre-linguagem-neutra-e-linguagem-inclusiva-de-genero/>

dos padrões conservadores, como a defesa do casamento igualitário, por exemplo (InfoMoney25, 2025).

Com relação aos jornais, de acordo com o site Observatório da Imprensa o *Clarín* é definido pelos componentes de sua redação como um jornal ‘*multi-target*’, ou seja, dirigido a todos os estratos sociais, classes econômicas, faixas etárias. Por isso, tudo no jornal é pensado para atingir a todos. Já o *La Nación*, seu principal rival nas classes alta e média-alta, possui um perfil mais elitista e tradicionalista, sendo o jornal mais antigo do país ainda em funcionamento – fundado em 1870 por Bartolomé Mitre, um herói nacional (Grecov, 2025). Outro ponto importante a se destacar é que ambos os jornais são considerados de centro-direita, portanto apoiadores do governo Milei

3.2 A análise do caso

Para a análise, inicialmente foram examinados os títulos e subtítulos dos periódicos selecionados, os quais apresentam considerável semelhança estrutural e temática. No *Clarín*, o título utilizado foi “*El Gobierno anunció que prohibirá el lenguaje inclusivo y la perspectiva de género en la administración pública nacional*”, enquanto *La Nación* adotou a formulação “*El Gobierno prohibirá el lenguaje inclusivo y la perspectiva de género en la administración pública*”. No primeiro, os subtítulos estão como tópicos e no segundo é uma frase que forma um parágrafo.

É possível perceber, conforme aponta Freitas (2021), como a práxis da escrita atua na competência linguístico-discursiva, levando o leitor a moldar opiniões políticas e reforçando padrões socialmente esperados, de maneira quase imperceptível.

A introdução de ambos os veículos também exibe paralelismos em sua construção, incluindo a presença de *hiperlinks* que direcionam a outras reportagens relacionadas ao tema em questão. Observa-se, contudo, uma distinção no tom adotado por cada jornal: *La Nación* emprega uma abordagem mais incisiva, conforme evidenciado na frase “*Por decisión del presidente Javier Milei, se prohibirá el uso del lenguaje inclusivo y de la perspectiva de género en toda la administración pública nacional*” (El gobierno..., 2024b), na qual utiliza abertamente o nome do presidente e a expressão “*se prohibirá*”, que leva a uma interpretação de algo garantido, firmado, decretado.

Por outro lado, o *Clarín* apresenta uma redação supostamente mais imparcial, como em “*El Gobierno anunció que prohibirá el uso del lenguaje inclusivo y la perspectiva de género en toda la administración pública nacional*” (El gobierno..., 2024a); nesse caso, justificados

pelas expressões “*anunció que prohibirá*” e “*el Gobierno*”, o que corrobora as características institucionais descritas na subseção anterior.

Embora seja apresentada como uma ação administrativa, a proibição do uso da linguagem inclusiva e de qualquer menção à perspectiva de gênero nos documentos e comunicações da administração pública nacional revela um forte conteúdo ideológico/político, o qual pode ser analisado sob a luz dos conceitos trazidos neste trabalho.

Uma das justificativas utilizadas para proibir o uso da linguagem inclusiva e destacada nos dois periódicos foi a fala do governo de que “*las perspectivas de género se han utilizado también como negocio de la política*” (*Clarín* e *La Nación*, 2024). Deve-se enfatizar que não há nenhum esclarecimento sobre o que é perspectiva de gênero. Este conceito parece diluído assim como a linguagem neutra nas percepções acerca de linguagem inclusiva, o que reforça a invisibilidade, ou a importância (ou a sua falta) de outras possibilidades de identidades, reafirmando a hegemonia do masculino.

Porém para melhor compreensão deste trabalho faz-se necessário defini-la:

[perspectiva de gênero] refere-se à metodologia e aos mecanismos que permitem identificar, questionar e avaliar a discriminação, desigualdade e exclusão da mulher, bem como as ações que devem ser realizadas para atuar sobre os fatores de gênero e criar as condições de mudança que permitam avançar na construção da igualdade de gênero (Karvelis, 2023, p. 1).

É importante destacar que a perspectiva de gênero, busca mostrar que eventuais diferenças entre homens e mulheres ocorre não somente por questões naturais ou biológicas, mas que se trata de uma construção social, cultural e histórica, que define papéis e expectativas de forma hierárquica e opressiva.

Javier Milei, presidente da Argentina desde 2023, rejeita a perspectiva de gênero devido a uma combinação de razões ideológicas, políticas e discursivas que se alinham com sua postura ultraliberlal, conservadora nos valores culturais e crítica do Estado como regulador de direitos sociais. O presidente adota uma visão libertária radical, defendendo que o Estado deve intervir o mínimo possível na vida das pessoas (Politize). Para ele políticas de gênero são uma forma de intervencionismo estatal que impõe uma ideologia.

Um tanto quanto contraditório, já que não é a primeira vez que o governo intervém em “atos políticos que doutrinam”. Em 2022, o governo da cidade de Buenos Aires publicou uma resolução que proíbe a linguagem inclusiva em escolas públicas e privadas da capital argentina. De acordo com o portal BBC (2022), a resolução se aplica aos conteúdos falados pelos professores, aos materiais entregues aos alunos e aos documentos oficiais das escolas.

Ele vê essas políticas como um uso indevido de recursos públicos (chegou a chamar o Ministério da Mulher de “gasto inútil”). De acordo com a revista Veja (2024), “Milei também argumenta que a discussão de gênero faz parte de uma “doutrinação” do “marxismo cultural” que ele pretende combater”. Além de eliminar o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade e em seguida seu partido apresentou um projeto de lei para criminalizar o aborto na Argentina, onde a interrupção da gravidez é legal desde 2020 - A Lei 27.610, em vigor desde janeiro de 2021 dá o direito ao Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez e Cuidados Pós-Aborto, (Veja, 2024).

A forma como o governo conduz o anúncio da proibição faz parecer algo muito simples, que se delimita à estrutura linguística (normas e regras), tratando a língua com uma suposta neutralidade. Porém, nessa declaração aparece um elemento contraditório, que coloca a perspectiva de gênero como um ato de fazer política, uma possível ameaça à ordem social. Aqui percebemos o esforço do Estado, através de uma Política Pública, em manter o controle a partir de uma situação ocasionada pela língua.

Mesmo não havendo uma lei específica, nota-se uma manipulação governamental, muitas vezes baseadas em regulamentações internas para manter os preceitos hegemônicos que fortalecem o apagamento e o direito de existência de outras identidades que não as tidas como adequadas pela sociedade.

A partir disso, é possível reafirmar a não neutralidade da língua. Mazzaro (2021, p. 1065) enfatiza que a língua/linguagem

[...] é responsável na compreensão da identidade como prática significante, ou seja, na compreensão de “sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras” (Butler, 2010, p. 208), e essa identidade se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística.

Outro elemento contundente para a proibição se embasa no argumento da língua “oficial”: “*El lenguaje que contempla todos los sectores es la lengua castellana, no veo porque tener estructuras*” (El gobierno..., 2024a), devendo o idioma ser empregado de acordo com os termos e as regras estabelecidas pela Real Academia Espanhola (RAE). Por exemplo, no espanhol o gênero masculino é o usado para “designar a classe que corresponde a todos os indivíduos da espécie sem distinção de sexo”, segundo a gramática da Real Academia Espanhola (RAE) (Medina; Correa, 2022).

A RAE foi fundada em 1713 e é uma instituição que regula o uso da língua espanhola com foco na preservação de sua unidade, atua de forma normativa, publicando obras como o “Diccionario de la lengua española”. Além disso, adota uma postura prescritiva, frequentemente criticada por abordagens linguísticas mais descritivas e, ademais de seu papel

linguístico, exerce influência político-cultural, sendo usada como autoridade em debates sobre normatividade, como na rejeição à linguagem inclusiva, conforme constatamos nesse exemplo. (Lagares, 2013).

O governo alega que a comunicação deve ser breve, clara e concisa, embasada somente no que é firmado pela RAE e que qualquer desvio do castelhano não padronizado pode induzir a uma interpretação errônea da mensagem/conteúdo (El Ministerio..., 2024). Percebe-se que a utilização da RAE para fundamentar a proibição da linguagem inclusiva, reforça as perspectivas tradicionais de um discurso hegemônico naturalizado, baseado na dicotomia homem-mulher, que nesse caso se firma em uma instituição igualmente conservadora, limitando e suprimindo as identidades dissidentes. Como traz Borba (2015), castrando as potencialidades identitárias de indivíduos que não se enquadram nessas categorias (homem/mulher).

Assim, de forma incisiva e sem direito a debates o governo argentino implementa sua política proibitiva e unilateral e é apoiado por outros setores como o exército, que declara:

Se impone el uso correcto del idioma castellano, que es el que se ha utilizado para el encuadre y la guía de todos los reglamentos, manuales y documentos de escritura y simbología tanto del ejército, como aeronáuticos y navales”, se agregó. Según la resolución firmada por Petri [ministro de defensa], en caso de que se utilicen términos con la “e” (como “generale”, “coronele” o “soldade”) se podrán recibir sanciones por infringir las normas (El Ministerio..., 2024, p. 1).

Identifica-se, portanto, como a resolução do governo por meio de uma política proibitiva é capaz de selar as relações de poder entre língua e sociedade, usado por parte deste como título incontestável da mais pura soberania dos discursos dominantes que delimitam as possibilidades de subjetivação dentro de estruturas binárias normativas, como aquelas que opõem masculino e feminino, hetero/homo (Borba, 2015).

As instituições militares, historicamente, impõem normas rígidas de conduta, uniformes e linguagem, apagando mulheres e outras identidades dissidentes de suas fileiras. A proibição nas forças armadas não é um detalhe, mas uma militarização da língua onde o Estado usa a gramática como trincheira e coage com punições quem ousa desobedecer.

Em contrapartida, a terminação “e” aparece como uma das formas atuais de superação de uma linguagem tradicionalmente binária e por isso é criminalizada. Ela desafia as normas estabelecidas e estimula a reflexão sobre como nos expressamos, representando uma quebra e desnaturalizando essa dicotomia. O “e” surge como um grito (por isso incomoda), abala, rompe com as normas e regras tradicionais como as existentes na RAE, reconhecendo a possibilidade e a manifestação de outras identidades, ou seja, a diversidade de sujeitos em uma sociedade.

Voltando à análise, os argumentos utilizados pelo governo argentino, remetem ao modelo de Política Linguística “oculta” (Shohamy, 2006 *apud* Silva, 2013,), que diz que para

entender de forma mais precisa a política linguística que realmente opera em uma sociedade, é fundamental examinar outros mecanismos que atuam para além da legislação oficial e que, de forma implícita ou explícita, articulam suas práticas linguísticas. E acrescenta que

[d]eve-se observar que os mecanismos ou dispositivos políticos são utilizados por todos os grupos na sociedade, de forma descendente ou ascendente, sempre que eles utilizam a língua como forma de converter ideologias em práticas e de criar políticas de fato. No entanto, são aqueles que têm autoridade que podem utilizar os mecanismos de forma mais efetiva, já que eles têm mais/maior acesso a sanções, penalidades e recompensas, incluindo as fontes de financiamento (Shohamy, 2006, *apud* Silva, 2013, p. 314).

Percebe-se dentro desse movimento de política oculta (no que se refere à proibição da linguagem inclusiva), a disseminação silenciosa de valores ideológicos que são naturalizados a partir da heteronormatividade. Se apoia na manutenção de hierarquias sociais, em uma discriminação velada, privilegiando a norma culta (RAE) em detrimento de outras possibilidades de linguagem, como a do uso real e inclusivo proposto por outras identidades que não as heteronormativas.

Outro aspecto que merece destaque, que soou no mínimo estranho, foi a forma como o jornal *La Nación* passou da pauta da proibição da linguagem inclusiva para um outro assunto completamente distinto sobre o “*Fondo de Fortalecimiento Fiscal de la provincia de Buenos Aires*”. Nota-se, um jogo político, o qual simplifica e desvia o foco da notícia principal, proporcionando um silenciamento dos argumentos usados para a proibição da linguagem inclusiva de gênero que vai para um lugar comum, como algo corriqueiro e evita-se transformar a medida adotada pelo governo em polêmica.

Destaco polêmica de acordo com Carlos (2015, p. 256), em sua resenha sobre Apologia da Polêmica de Ruth Amossy, que é definida como “[...] conjunto das intervenções antagonistas sobre uma dada questão em um momento específico”. Em outras palavras, uma polêmica é a materialização de um conflito social em torno de uma questão, através de discursos e ações que se chocam em um dado tempo e espaço. Uma polêmica não é um mero desacordo, mas uma disputa de poder, que pode se tornar verdadeiras arenas políticas em que grupos sociais lutam por visibilidade e influência. E é exatamente isso que o governo argentino não quer.

A forma como os periódicos estruturam e narram os acontecimentos não apenas evidencia práticas discursivas que reforçam normas sociais e identidades hegemônicas, como também dialoga diretamente com ações políticas concretas que buscam cristalizar essas hierarquias. E mesmo adotando um discurso de imparcialidade dos fatos, a ausência de um debate público e o desvio para outras pautas, como ocorrido em *La Nación*, revela um

silenciamento estratégico, típico das políticas linguísticas ocultas e coerente com a ideologia desse jornal.

As recentes medidas adotadas pelo governo argentino ao proibir o uso da linguagem inclusiva e da perspectiva de gênero na administração pública, analisadas a partir de sua representação na reportagem dos jornais *Clarín* e *La Nación*, exemplificam como a política linguística opera como um instrumento de controle e poder e não como uma mera decisão técnica, mas como um ato de violência simbólica que naturaliza exclusões. Essa imposição de uma suposta “neutralidade linguística” não apenas reforça modelos normativos, mas também explicita um projeto ideológico mais amplo: o de silenciar identidades abjetas e apagar disputas já em curso no espaço público.

E, longe de ser um caso isolado, a recepção veiculada nos jornais analisados, reverbera tensões globais sobre quem tem o direito de definir a linguagem legítima, por extensão, quais corpos e vozes devem ser representados pela língua e, consequentemente, quais desses merecem existir discursiva e politicamente na esfera institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise permitiu evidenciar que as políticas linguísticas, longe de se constituírem como práticas neutras e técnicas, são profundamente atravessadas por disputas ideológicas, socioculturais e políticas. Os argumentos analisados a partir dos jornais *Clarín* e *La Nación*, para representar a decisão governamental argentina de proibir o uso da linguagem inclusiva e da perspectiva de gênero na administração pública revela, sob o pretexto da preservação da norma linguística oficial, uma tentativa de reafirmação de discursos hegemônicos e binários, que marginalizam identidades dissidentes e reforçam práticas excludentes.

À luz dos pressupostos da Política Linguística Queer, comprehende-se que a língua atua não apenas como instrumento de comunicação, mas também como mecanismo de regulação social, naturalizando hierarquias e estabelecendo fronteiras simbólicas entre os sujeitos. Nesse contexto, o estranhamento das normas linguísticas dominantes, conforme propõe a abordagem queer, surge como um projeto político de resistência, cujo objetivo é desnaturalizar os regimes discursivos excludentes e promover a visibilidade de corpos e identidades historicamente silenciados.

Em síntese, reafirma-se a necessidade de uma abordagem crítica das políticas linguísticas, que considere as dimensões de poder imbricadas nas práticas de regulação da linguagem. Só a partir dessa perspectiva crítica será possível promover transformações que ultrapassem a mera manutenção da ordem vigente, permitindo que a língua, enquanto prática social, atue como espaço de emancipação, reconhecimento e justiça social.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M.; RANGEL, E. O. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982005000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/LdCCsV35tZzGymcnq8DcW5p/>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BBC BRASIL. Menine, meninx, menin@: os países onde a linguagem neutra encontra resistência. **BBC News Brasil**, [Local], 06, jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62025281>. Acesso em: 08 mai. 2025.
- BORBA, R. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, Ouv. 9, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378/4862>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- CALVET, L.- J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CARLOS, T. J. AMOSSY, R. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. 240 p. [Coleção L'interrogation philosophique]. **Bakhtiniana**: revista de estudos do discurso, São Paulo, v. 10, n. 3. Sept. / Dec. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457323523>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/6Nr8dyYXXzFfr6pm5mJrJvn/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- COSTA, L. B. *et al.* Ansiedade ou cisheteronormatividade?: um estudo de caso na clínica em psicologia sócio-histórica. **Mosaico: estudos em psicologia**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 65-82, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/download/37547/37433/157851>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- FOLTER, R. **Linguagem inclusiva e linguagem neutra**: entenda a diferença. Brasília, DF, 9 mar. 2021. Portal: Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda/>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- FREITAS, L. M. A. Educação linguística. **Sede de Ler**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 5-8., nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/sedeler/article/view/52044>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- EL GOBIERNO anunció que prohibirá el lenguaje inclusivo y la perspectiva de género en la administración pública nacional. **Clarín**: política, Buenos Aires, 27 feb. 2024a. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/gobierno-anuncio-prohibira-lenguaje-inclusivo-perspectiva-genero-administracion-publica-nacional_0_6RWKsSprAu.html?srsltid=AfmBOoq4Bz0S3I5c9FKduW8jh00gixgHClRUK7JMP97jTD1QyysQDwLY. Acesso em: 18 mar. 2025.
- EL GOBIERNO prohibirá el lenguaje inclusivo y la perspectiva de género en toda la administración pública. **La Nación**, Buenos Aires, 27 feb. 2024b. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-gobierno-prohibira-el-uso-del-lenguaje-inclusivo-en-toda-la-administracion-publica-nid27022024/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

EL MINISTERIO de Defensa prohibió el uso del lenguaje inclusivo en las Fuerzas Armadas. **La Nación:** política, Buenos Aires, 25 feb. 2024. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-ministerio-de-defensa-prohibio-el-uso-del-lenguaje-inclusivo-en-las-fuerzas-armadas-nid25022024/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GOMEZ, L. **Conceito de crítica.** São Paulo: Editora Conceitos, mar. 2023. Disponível em: <https://conceitos.com/critica/>. Acesso em: 18 abr. 2025

GRECOV, N. O dono da boca. **Observatório da Imprensa**, Campinas, n. 1334, 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-dono-da-boca/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

INFOMONEY25. **Javier Milei:** quem é o polêmico presidente eleito da Argentina. [S. l.], 2025. Portal. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/javier-milei/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

KARVELIS, A. **Quais ações são necessárias para atuar como uma perspectiva de gênero?** [S. l.], 11 abr. 2023. Portal: Radar Ibê. Disponível em: <https://radar.ibegesp.org.br/o-que-e-a-perspectiva-de-genero-e-por-que-e-necessario-implementa-la/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LAGARES, X. C. O espaço político da língua espanhola no mundo. **Dossiê Temático**, Campinas, v. 52, n. 2, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/LXsHGJzsgfSywqmrX4FzrMj/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MATOS, A.N. **Libertarianismo:** entenda essa corrente de pensamento! Portal: Politize! Brasília, DF, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/libertarianismo-conceito/>. Acesso em: 17 abr. 2025

MAZZARO, D. Por uma educação linguística queer: estranhando conceitos e práticas. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 56, p. 1052-1084, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i56.49224>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/49224>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MEDINA, P. B.; CORREA, R. **Prefeitura de Buenos Aires proíbe linguagem inclusiva nas escolas.** [S. l.], 11 jun. 2022. Portal: CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/prefeitura-de-buenos-aires-proibe-linguagem-inclusiva-nas-escolas/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MILEI proíbe linguagem inclusiva em órgãos públicos e Forças Armadas. **Veja.** 27 fev. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/milei-proibe-linguagem-inclusiva-em-orgaos-publicos-e-forcas-armadas>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RIBEIRO da SILVA, E. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Dossiê Temático**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200007>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, D. N. Javier Milei: Javier Milei é um economista e político argentino que concorreu à presidência da Argentina na eleição de 2023 e venceu no segundo turno. [S. l.], 2025. Portal: Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/javier-milei.htm>. Acesso em: 18 mar. 2025.